



1º CONGRESSO CATARINENSE DE CIÊNCIAS FORENSES

Rede Catarinense de Pesquisa em Ciências Forenses

24-26 JUN 2026 | FLORIANÓPOLIS, SC

DESIGUALDADE REGIONAL NO ACESSO À GENÉTICA FORENSE E SEUS IMPACTOS NA EQUIDADE JUDICIAL, UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Congresso Catarinense de Ciências Forenses, 1ª edição, de 24/06/2026 a 26/06/2026

ISBN dos Anais: 978-65-5465-186-8

BENDER; Cassiane Jênifer Girardi¹, CAZELLA; Bernardo Mattiello², GONZALHES; Luciane Schneider³, DAHM; Carlos Roberto⁴, NETO; Oswaldo Valentim Zandavalli⁵, MODESTO; Guilherme Rafael⁶

RESUMO

INTRODUÇÃO: A genética forense consolidou-se como ferramenta essencial na produção da prova técnica, com uso de marcadores genéticos, bancos de perfis e tecnologias de sequenciamento. Entretanto, o acesso a esses recursos é desigual, especialmente em países com grandes disparidades regionais, o que pode comprometer a celeridade processual e a equidade judicial. **OBJETIVOS:** Analisar desigualdades no acesso à genética forense e seus impactos na equidade judicial, considerando dimensões estruturais, tecnológicas e temporais. **MÉTODO:** Revisão de literatura com estratégia de busca estruturada. As buscas foram realizadas nas bases PubMed, SciELO, LILACS e MDPI, em janeiro de 2026, com os descritores “forensic genetics”, “access to forensic services” e “judicial equity”, combinados por operadores booleanos. Incluíram-se estudos publicados entre 2020 e 2025, em português e inglês. Excluíram-se duplicatas, estudos fora do escopo e sem aplicabilidade forense. A seleção ocorreu em duas etapas (título/resumo e texto completo). A análise seguiu síntese temática nas categorias: infraestrutura, tecnologia, logística e impactos jurídico-processuais, considerando como indicadores tempo de processamento, distribuição de laboratórios e disponibilidade tecnológica. **RESULTADOS:** Observou-se desigualdade na distribuição da infraestrutura de genética forense, com concentração em centros urbanos e menor cobertura em regiões interioranas. Essa assimetria associa-se ao aumento do tempo de processamento e restrição do acesso a exames especializados. Verificou-se também heterogeneidade na disponibilidade de tecnologias (STR, SNP e NGS) e na integração de bancos genéticos, impactando a capacidade analítica dos serviços. Tais limitações repercutem na produção da prova técnica, podendo comprometer a celeridade processual e a consistência das decisões judiciais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A desigualdade no acesso à genética forense constitui fator relevante de iniquidade judicial. A expansão da infraestrutura, a padronização tecnológica e o financiamento equitativo são essenciais para garantir maior uniformidade e qualidade na produção da prova pericial.

¹ Universidade do Contestado, cassiane.bender@aluno.unc.br

² Universidade do Contestado, bernardo.cazella@professor.unc.br

³ Universidade do Contestado, luciane.gonzalhes@aluno.unc.br

⁴ Universidade do Contestado, carlos.dahm@aluno.unc.br

⁵ Fundação Universitária Regional de Blumenau, netozanda@gmail.com

⁶ Instituto Pró-Rim de Educação e Pesquisa em Saúde, guilherme.r.modesto@hotmail.com

PALAVRAS-CHAVE: medicina legal, genética forense, identificação humana, acesso à justiça, iniquidade social

¹ Universidade do Contestado, cassiane.bender@aluno.unc.br
² Universidade do Contestado, bernardo.cazella@professor.unc.br
³ Universidade do Contestado, luciane.gonzalhes@aluno.unc.br
⁴ Universidade do Contestado, carlos.dahm@aluno.unc.br
⁵ Fundação Universitária Regional de Blumenau, netozanda@gmail.com
⁶ Instituto Pró-Rim de Educação e Pesquisa em Saúde, guilherme.r.modesto@hotmail.com